

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA COMO PENA ALTERNATIVA NAS TRANSAÇÕES PENAIS: UMA PARCERIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA) COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE IGUATU.

TEREZA CRISTINA RODRIGUES DE LIMA BASTOS, ELIZABETH RODRIGUES DE SOUZA

Ao longo do século, o desenvolvimento se traduziu na expansão das liberdades emergindo para uma nova concepção dos valores humanos. A cidadania se protagonizou como uma condição social em que o indivíduo participa plenamente da vida política, econômica e cultural de uma sociedade, promovendo para o sujeito oportunidades de uma vida digna. De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o Município de Iguatu, localizado na Região Centro-Sul do Estado do Ceará, configura-se como o principal polo econômico da região, apresentando um crescimento sócio-econômico perceptível nos últimos 20 (vinte) anos. Diante disso, aumentou o número de delitos, sendo alguns classificados como “delitos de menor potencial ofensivo”, que, nos termos da lei, são contravenções penais ou crimes punidos com pena máxima de até 02 (dois) anos, cumulado ou não com multa, de acordo com a Lei 9.099/95. Por sua vez, o Ministério Público pode oferecer ao acusado – desde que ele cumpra os requisitos ali previstos – uma proposta de transação penal, que, cumpridas as condições estabelecidas – em regra, prestação de serviços à comunidade ou de um valor pecuniário – implicará na extinção da punibilidade do agente, com o consequente arquivamento do processo. Assim, é preciso que a transação cumpra sua tarefa pedagógica de evitar que o agente volte a cometer delitos de qualquer natureza. Nessa perspectiva, se perfilha o objetivo desse projeto, que integra a Universidade Regional do Cariri (URCA) e Ministério Público, propondo uma gestão articulada entre teoria e prática, propiciando ações educacionais e orientação de acusados por crimes de menor potencial ofensivo e que tenham aceitado a proposta oferecida pelo Ministério Público. Realiza-se, em espaço da URCA, por meio de debates, rodas de conversa, minicursos, gincanas, jogos educativos e dinâmicas no sentido de reabilitar os beneficiados da transação. O projeto iniciou no ano de 2016, numa dimensão voluntária e neste ano, 2017, foi dada continuidade com uma bolsista para fortalecer o andamento das atividades planejadas. O trabalho é executado pelos alunos do Curso de Direito da URCA que organizam um evento durante o semestre, dividido em temas relativos aos crimes de menor potencial ofensivo, como: ameaça/lesão, trânsito, ambiental etc, estruturado de acordo com um calendário estabelecido. Espera-se reabilitar pessoas, integrando-as na sociedade, bem como promover desenvolvimento científico à comunidade acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: TRANSAÇÃO PENAL; EDUCAÇÃO; CIDADANIA.

ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL